

PROLETARIZAÇÃO DO TRABALHO DO PEDAGOGO

Charles Portos Rodrigues

Professor, Pedagogo. Mestre em Ciências da Educação (UTIC), Discente do Curso de Doutorado em Ciências da Educação Programa Brasil UNAEDS – PPGE CIA/UNAEDS. Atua na Educação Básica, Itiquira-MT.

<https://orcid.org/0009-0001-0785-5525>

E-mail: charlesportos@hotmail.com.

Patrícia Maria Gomes de Andrade

Professora do Ensino Fundamental. Especialista em Ciências da Educação. Discente do Curso de Mestrado em Ciências da Educação Programa Brasil UNAEDS – PPGE CIA/UNAEDS.

<https://orcid.org/0000-0001-7412-3028>

E-mail: paty_educadora1975@yahoo.com.br

Dayvison Bandeira de Moura

Orientador. Doutor em Ciências da Educação pela Universidad del Sol. Mestre em Ciência da Educação e Inovação Pedagógica pela Universidade da Madeira. Professor concursado pela Secretaria de Educação de Pernambuco.

<http://lattes.cnpq.br/0662218330901650>

E-mail: analistadodiscursobandeira.pe@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N4>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N4-37>

RESUMO: Nas últimas décadas, o campo educacional brasileiro tem enfrentado transformações profundas, que impactam diretamente o trabalho dos pedagogos. A precarização das condições laborais e a proletarização do trabalho pedagógico têm levado à desvalorização desse profissional, que, historicamente, é reconhecido por sua atuação intelectual e formativa. Este artigo analisa como a perda de autonomia e o rebaixamento das funções pedagógicas afetam a qualidade da educação e a formação crítica dos alunos. Por meio de uma abordagem crítica, o estudo identifica características da proletarização do trabalho pedagógico, investiga as condições laborais adversas enfrentadas pelos educadores e discute as consequências da perda de autonomia na prática pedagógica. A pesquisa busca compreender os fatores que contribuem para a desvalorização do trabalho pedagógico e destaca a urgência de promover políticas educacionais que valorizem os pedagogos. Os resultados podem servir como base para discussões sobre a necessidade de resgatar a autonomia do pedagogo e garantir uma educação crítica e emancipadora.

PALAVRAS-CHAVE: Proletarização. Condições de trabalho. Prática pedagógica. Formação crítica.

PROLETARIZATION OF THE PEDAGOGIST'S WORK

ABSTRACT: In recent decades, the Brazilian educational field has faced profound transformations that have directly impacted the work of pedagogues. The precariousness of working conditions and the proletarianization of pedagogical work have led to the devaluation of this professional, who, historically, is recognized for his/her intellectual and formative work. This article analyzes how the loss of autonomy and the demotion of pedagogical functions affect the quality of education and the critical formation of students. Through a critical approach, the study identifies characteristics of the

proletarianization of pedagogical work, investigates the adverse working conditions faced by educators, and discusses the consequences of the loss of autonomy in pedagogical practice. The research seeks to understand the factors that contribute to the devaluation of pedagogical work and highlights the urgency of promoting educational policies that value pedagogues. The results can serve as a basis for discussions on the need to restore the autonomy of pedagogues and ensure a critical and emancipatory education.

KEYWORDS: Proletarianization. Working conditions. Pedagogical practice. Critical training.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o campo educacional brasileiro passou por profundas transformações, impactadas por mudanças sociais, políticas e econômicas que influenciam diretamente o trabalho do pedagogo. O cenário de precarização das condições laborais, presente em diversas áreas de atuação, tem afetado significativamente o exercício profissional do pedagogo, especialmente no contexto escolar. A proletarização desse trabalho surge como um fenômeno relevante, à medida que o pedagogo, historicamente reconhecido como um profissional com atuação intelectual e formativa, vem sofrendo um processo de desvalorização e perda de autonomia. Esse contexto é resultado de políticas educacionais que priorizam aspectos técnicos e mercadológicos, em detrimento da formação crítica e reflexiva, inerente à atuação pedagógica (Silva, 2017).

A proletarização do trabalho pedagógico pode ser observada na crescente sobrecarga de tarefas burocráticas e administrativas, afastando o pedagogo de suas funções primordiais de reflexão, planejamento e intervenção pedagógica. Esse fenômeno não só desvaloriza o papel desse profissional, como também limita seu campo de atuação, rebaixando sua atividade à mera execução de tarefas mecânicas e repetitivas. Assim, o pedagogo, que deveria atuar como agente transformador da realidade educacional, acaba se tornando apenas mais um trabalhador subordinado às demandas institucionais, o que compromete a qualidade do ensino e o desenvolvimento integral dos alunos (Machado, 2018).

No contexto de escolas públicas e privadas, os pedagogos enfrentam condições laborais adversas, como a baixa remuneração, a falta de infraestrutura adequada e a pressão por resultados imediatos, geralmente vinculados a avaliações externas e indicadores de desempenho. Essa realidade faz com que o trabalho pedagógico se

distancie de sua essência formativa e transformadora, sendo orientado por interesses pragmáticos e produtivistas. Em consonância com essas demandas, as políticas neoliberais em educação têm reforçado a lógica do mercado, que trata a educação como mercadoria e o pedagogo como um trabalhador precarizado, sujeito às leis da oferta e demanda (Oliveira, 2020).

A problemática da proletarização do trabalho do pedagogo levanta a seguinte questão: de que maneira a perda de autonomia e o rebaixamento das funções pedagógicas impactam a qualidade da educação e a formação crítica dos estudantes? Essa pergunta reflete o desafio de entender os efeitos da proletarização no campo educacional e as consequências para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que promovam uma educação crítica e emancipadora. Além disso, questiona-se como o pedagogo pode resgatar sua autonomia e seu papel formativo em um contexto marcado pela mercantilização e tecnificação da educação (Nunes, 2021).

O objetivo geral deste artigo é analisar o processo de proletarização do trabalho do pedagogo e seus impactos na prática pedagógica e na qualidade do ensino. Para isso, serão estabelecidos três objetivos específicos: (1) identificar as principais características da proletarização do trabalho pedagógico no contexto escolar; (2) investigar as condições laborais e os desafios enfrentados pelos pedagogos em seu cotidiano de trabalho; e (3) discutir as consequências da perda de autonomia pedagógica para a formação crítica dos alunos e para o papel transformador da educação (Souza, 2019).

A justificativa para este estudo encontra-se na necessidade de compreender os fatores que contribuem para a desvalorização do trabalho pedagógico em um contexto de mudanças estruturais na educação. A pesquisa se torna relevante à medida que a proletarização afeta não apenas o profissional pedagogo, mas também a qualidade da educação oferecida aos alunos. A análise crítica desse fenômeno pode fornecer subsídios para a elaboração de políticas educacionais que valorizem o trabalho docente e promovam a melhoria das condições de trabalho nas escolas. Além disso, entender esse processo é fundamental para que o pedagogo possa reivindicar sua função social como formador de sujeitos críticos e ativos na transformação da sociedade (Ferreira, 2020).

Outro aspecto importante que justifica este estudo é o fato de que, apesar de a proletarização ser um fenômeno amplamente discutido em outros campos profissionais, sua manifestação no trabalho pedagógico ainda carece de uma abordagem mais

aprofundada. A escassez de pesquisas sobre o tema no Brasil reforça a necessidade de analisar como as condições de trabalho impostas ao pedagogo interferem na construção de uma educação de qualidade. Além disso, o estudo pode contribuir para a formação de futuros pedagogos, preparando-os para lidar com os desafios da profissão em um cenário de crescente precarização (Cunha, 2016).

A importância desta pesquisa também se justifica pela urgência de se discutir as implicações da mercantilização da educação e seus impactos sobre o trabalho pedagógico. O modelo educacional vigente, cada vez mais orientado por interesses econômicos, trata a educação como uma mercadoria, o que desconfigura o papel social da escola e transforma o pedagogo em um trabalhador que atende às demandas de mercado, e não de formação humana. Compreender como essa lógica influencia o trabalho do pedagogo é essencial para pensar em estratégias de resistência e valorização da prática pedagógica (Almeida, 2018).

A relevância social deste estudo reside na possibilidade de gerar debates que contribuam para a valorização da educação e dos profissionais que nela atuam. Ao trazer à tona o processo de proletarização do trabalho pedagógico, espera-se que os resultados possam sensibilizar gestores, educadores e formuladores de políticas públicas para a necessidade de melhorar as condições de trabalho dos pedagogos e, conseqüentemente, a qualidade da educação. A construção de uma educação crítica e emancipadora depende diretamente da valorização do pedagogo como um profissional que, para além de cumprir funções técnicas, deve ser capaz de refletir e agir sobre a realidade escolar e social (Pereira, 2019).

METODOLOGIA

Para a realização deste estudo sobre a proletarização do trabalho do pedagogo, foi adotada a metodologia de revisão bibliográfica qualitativa do tipo narrativa. A revisão narrativa, por sua natureza, permite uma abordagem ampla e integrativa das produções acadêmicas existentes, proporcionando uma análise crítica e aprofundada sobre o tema em questão. Foram analisadas fontes secundárias, como artigos científicos, livros e teses publicados nos últimos dez anos, de modo a garantir a relevância e a contemporaneidade das discussões sobre a proletarização do trabalho pedagógico. A busca foi realizada em bases de dados eletrônicas, como Scielo, Google Scholar e periódicos especializados,

utilizando descritores como “proletarização do trabalho docente”, “precarização do trabalho pedagógico” e “mercantilização da educação”.

A seleção dos estudos seguiu critérios rigorosos, baseando-se na relevância dos textos para o tema central e no alinhamento teórico com a problemática proposta. Inicialmente, foram lidos os resumos de cada publicação, e, após essa triagem, os textos completos foram analisados. As fontes escolhidas abordam o impacto das políticas neoliberais na educação, a desvalorização do trabalho pedagógico e os desafios enfrentados pelos pedagogos diante do processo de proletarização. Estudos brasileiros foram priorizados, uma vez que refletem de maneira mais precisa o contexto educacional do país e as especificidades do sistema educacional público e privado. As obras que tratavam do papel do pedagogo, da precarização do trabalho docente e da mercantilização da educação foram consideradas essenciais para compor o arcabouço teórico da pesquisa.

A análise dos textos selecionados foi conduzida de maneira interpretativa e crítica, utilizando-se da metodologia qualitativa para identificar padrões, tendências e lacunas nos estudos existentes sobre o tema. A revisão narrativa permitiu estabelecer um diálogo entre diferentes perspectivas teóricas e empíricas, possibilitando uma compreensão mais ampla do fenômeno da proletarização do trabalho pedagógico. Por meio dessa metodologia, foi possível reunir e integrar informações que, além de aprofundar o entendimento sobre a problemática em questão, oferecem subsídios para futuras discussões e intervenções no campo educacional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A PROLETARIZAÇÃO DO TRABALHO DO PEDAGOGO: CARACTERÍSTICAS E IMPACTOS

A proletarização do trabalho do pedagogo, evidenciada ao longo das últimas décadas, reflete um processo mais amplo de precarização do trabalho docente, impulsionado pelas políticas neoliberais de educação. Essas políticas têm gerado um cenário em que o pedagogo, ao invés de exercer uma função essencialmente intelectual e formativa, é cada vez mais direcionado a atividades administrativas e burocráticas, o que rebaixa sua atuação à condição de um trabalhador técnico, com pouca ou nenhuma autonomia. De acordo com Souza (2019), esse processo é visível tanto nas redes públicas

quanto nas privadas, onde a pressão por resultados imediatos e mensuráveis tem sido crescente, resultando na perda da essência reflexiva e crítica do trabalho pedagógico.

Um dos principais impactos dessa proletarização é a sobrecarga de trabalho enfrentada pelos pedagogos. Com a multiplicidade de funções e a demanda por preenchimento de relatórios, acompanhamento de indicadores de desempenho e outras atividades não diretamente ligadas à prática pedagógica, o pedagogo encontra pouco tempo para desenvolver projetos educativos inovadores e para aprofundar a formação dos alunos. Segundo Silva (2020), essa sobrecarga tem contribuído para o adoecimento mental dos profissionais da educação, refletido no aumento de casos de estresse, ansiedade e síndrome de burnout entre pedagogos.

Outro aspecto relevante é a precarização das condições materiais de trabalho. Em muitas escolas, especialmente nas redes públicas, a infraestrutura é inadequada, o que agrava o cenário de desvalorização profissional. Salários baixos, falta de recursos pedagógicos e turmas superlotadas são fatores que dificultam o trabalho do pedagogo e reforçam a ideia de que sua atuação é meramente executiva, sem o devido reconhecimento intelectual. Nunes (2021) destaca que essa precarização não apenas afeta o desempenho profissional, mas também contribui para a desmotivação e a perda de sentido no exercício da função pedagógica.

Além disso, a desvalorização do pedagogo pode ser percebida na formação inicial e continuada oferecida a esses profissionais. Muitas vezes, os cursos de pedagogia se limitam à formação técnica, sem promover o desenvolvimento de competências críticas e reflexivas necessárias para que o pedagogo atue como agente transformador da realidade escolar. Essa lacuna na formação colabora para o processo de proletarização, já que o pedagogo recém-formado é inserido em um mercado de trabalho que não valoriza sua capacidade de reflexão e intervenção pedagógica (Machado, 2018).

Outro impacto central da proletarização é a perda de autonomia profissional. O pedagogo, historicamente reconhecido como o mediador do processo educativo, tem visto seu papel limitado por currículos rígidos e avaliações padronizadas, que pouco espaço deixa para a criatividade e a inovação pedagógica. Segundo Almeida (2019), a imposição de conteúdos e metodologias pré-definidas afasta o pedagogo de sua função crítica, reduzindo-o a um aplicador de técnicas previamente estabelecidas, o que dificulta a

adaptação das práticas pedagógicas às necessidades específicas de cada comunidade escolar.

A perda de autonomia também afeta diretamente a qualidade da educação. Como apontam Ferreira e Silva (2020), ao rebaixar o trabalho do pedagogo a um nível técnico, sem envolvimento reflexivo, o processo educativo torna-se mecânico e descontextualizado. Isso compromete o desenvolvimento integral dos alunos, que deixam de ter acesso a uma educação crítica e formativa, capaz de prepará-los para os desafios sociais e profissionais do mundo contemporâneo. A mercantilização da educação, nesse sentido, aparece como uma das grandes vilãs da qualidade do ensino (Oliveira, 2020).

Por outro lado, a proletarização também é um reflexo da própria organização do sistema educacional brasileiro, que historicamente valoriza pouco o profissional da educação. Apesar de diversas reformas no sistema educacional ao longo dos anos, a valorização do pedagogo como intelectual e agente formador ainda é um desafio, principalmente em um país com grandes desigualdades regionais e estruturais. Pereira (2021) argumenta que, sem um investimento real na carreira docente, a desvalorização continuará se perpetuando, ampliando o processo de proletarização.

Outro ponto importante a se destacar é a relação entre a proletarização do trabalho pedagógico e as políticas de avaliação externas, como o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Esses mecanismos de avaliação, embora importantes para o monitoramento da qualidade do ensino, têm gerado uma lógica de responsabilização excessiva dos professores e pedagogos, que se veem obrigados a atingir metas e padrões, muitas vezes descontextualizados das realidades locais. Isso reforça a ideia de que o pedagogo deve atender a objetivos técnicos e de desempenho, em vez de focar no desenvolvimento humano dos alunos (Silva, 2021).

Por fim, cabe ressaltar que, enquanto a proletarização tem afetado diretamente o trabalho dos pedagogos, ela também representa um fenômeno mais amplo de desvalorização das profissões ligadas à educação e ao cuidado. Em um cenário de precarização laboral e políticas públicas que priorizam a eficiência sobre a formação integral, é urgente que se rediscuta o papel do pedagogo, suas condições de trabalho e sua valorização como profissional essencial na formação de cidadãos críticos e participativos (Cunha, 2020).

CONDIÇÕES DE TRABALHO E OS DESAFIOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

As condições de trabalho dos pedagogos no Brasil refletem o contexto mais amplo da desvalorização profissional no setor da educação, agravado pelas reformas econômicas e políticas neoliberais dos últimos anos. De acordo com dados recentes, a precarização das condições laborais dos pedagogos tornou-se um problema estrutural nas redes públicas de ensino, onde a falta de recursos, a superlotação de salas de aula e a carga excessiva de trabalho impedem que esses profissionais exerçam plenamente suas funções pedagógicas. Segundo pesquisa realizada por Pereira (2020), as condições inadequadas de trabalho estão diretamente associadas à baixa qualidade do ensino oferecido, comprometendo o processo educativo como um todo.

A falta de infraestrutura adequada é um dos principais desafios enfrentados pelos pedagogos. Muitas escolas, especialmente nas periferias e em regiões rurais, carecem de materiais didáticos, equipamentos tecnológicos e espaços apropriados para o desenvolvimento de atividades pedagógicas diversificadas. Isso limita as possibilidades de inovação nas práticas pedagógicas, além de aumentar a frustração e o desgaste dos profissionais que, diante dessas dificuldades, são obrigados a improvisar e a adaptar suas metodologias de ensino de maneira precária (Ferreira, 2019).

Outro desafio importante é a sobrecarga de trabalho. Muitos pedagogos, além de suas funções pedagógicas, são responsáveis por atividades administrativas, como o preenchimento de relatórios, o acompanhamento de dados escolares e a organização de eventos e reuniões. Esse acúmulo de tarefas, aliado à pressão por resultados imediatos, contribui para o adoecimento dos profissionais e para a queda da qualidade de suas intervenções pedagógicas. Silva (2019) destaca que o aumento dos casos de estresse e burnout entre pedagogos é reflexo direto dessa sobrecarga.

A falta de valorização financeira também é um fator crucial. Apesar de a profissão de pedagogo ser fundamental para o desenvolvimento da educação no país, os salários pagos a esses profissionais são insuficientes, especialmente na rede pública. Essa desvalorização salarial reforça a percepção de que o trabalho pedagógico é secundário ou de menor importância em comparação com outras áreas. Além disso, a baixa remuneração dificulta o acesso dos pedagogos a cursos de formação continuada e a outros recursos que poderiam melhorar a qualidade de seu trabalho (Nunes, 2021).

A formação inicial e continuada dos pedagogos também enfrenta desafios significativos. Muitos cursos de pedagogia no Brasil oferecem uma formação técnica que, embora necessária, não contempla aspectos essenciais do trabalho pedagógico, como a reflexão crítica sobre o papel social da escola e a construção de práticas educativas emancipatórias. Além disso, a ausência de políticas públicas efetivas de formação continuada impede que os pedagogos atualizem seus conhecimentos e desenvolvam novas competências ao longo de suas carreiras (Cunha, 2019).

As condições de trabalho dos professores têm se tornado um tema central nas discussões sobre a qualidade da educação no Brasil. Um ambiente escolar que prioriza a saúde mental e física dos docentes reflete diretamente na qualidade do ensino e na aprendizagem dos alunos. Estudo de Alves (2018) ressalta que a valorização do profissional de educação deve incluir não apenas a remuneração adequada, mas também um ambiente favorável que promova a saúde emocional e a capacitação contínua dos professores. A falta de infraestrutura adequada nas escolas, como materiais didáticos insuficientes, salas superlotadas e a precariedade nas instalações, são fatores que agravam a situação, tornando o exercício da docência ainda mais desafiador. Assim, a construção de um espaço de trabalho que respeite as necessidades básicas dos educadores é essencial para a promoção de uma prática pedagógica eficaz.

Ademais, a sobrecarga de trabalho é um desafio significativo enfrentado pelos docentes. Segundo pesquisa de Gatti e Barroso (2019), muitos professores se sentem pressionados a cumprir um extenso currículo, o que frequentemente resulta em longas jornadas de trabalho e desgaste emocional. Essa situação é intensificada pela expectativa de que os educadores se tornem não apenas transmissores de conhecimento, mas também facilitadores do desenvolvimento socioemocional dos alunos. Essa multiplicidade de funções gera um estresse considerável e pode levar ao afastamento de professores por problemas de saúde. Portanto, é crucial que as políticas públicas educacionais levem em consideração a carga horária e as responsabilidades dos docentes, promovendo uma reestruturação que possibilite uma melhor qualidade de vida e trabalho para esses profissionais.

Outro fator que impacta diretamente as condições de trabalho dos professores é a falta de apoio institucional. Estudos de Oliveira e Lima (2020) indicam que muitos educadores se sentem isolados em suas práticas pedagógicas, sem a devida orientação e

suporte por parte das gestões escolares. Essa ausência de apoio se reflete em uma maior dificuldade na implementação de metodologias inovadoras que poderiam enriquecer o processo de ensino-aprendizagem. As escolas precisam desenvolver estratégias que incentivem a colaboração entre os docentes, proporcionando espaços para a troca de experiências e práticas exitosas. Dessa forma, um ambiente escolar colaborativo não só melhora as condições de trabalho, mas também promove a formação contínua dos educadores, tornando a prática pedagógica mais dinâmica e eficaz.

A questão da formação continuada também é um aspecto crítico nas condições de trabalho e nos desafios da prática pedagógica. A pesquisa de Soares (2021) aponta que muitos professores ingressam nas salas de aula sem a preparação adequada para lidar com a diversidade e os novos desafios que surgem no contexto escolar contemporâneo. A formação inicial muitas vezes é insuficiente para capacitar os docentes a enfrentarem as realidades da sala de aula, especialmente em relação ao uso de tecnologias e metodologias ativas. Portanto, a implementação de programas de formação continuada deve ser uma prioridade nas políticas educacionais, visando equipar os educadores com as competências necessárias para promover uma aprendizagem significativa.

Além disso, a relação entre a saúde mental dos professores e as condições de trabalho é um aspecto que merece atenção especial. O estudo de Santos e Araújo (2022) revela que a saúde emocional dos educadores está diretamente ligada às condições em que trabalham. O estresse crônico, a falta de motivação e a insatisfação profissional podem ser consequências diretas de um ambiente escolar que não valoriza o bem-estar dos docentes. É fundamental que as escolas implementem políticas de apoio psicológico e programas de saúde mental, permitindo que os professores se sintam acolhidos e valorizados em suas funções. Essas iniciativas não apenas promovem o bem-estar dos educadores, mas também influenciam positivamente o ambiente escolar, refletindo na motivação e no desempenho dos alunos.

É evidente que as condições de trabalho dos professores são um fator determinante para a qualidade da educação. As pesquisas realizadas nos últimos anos apontam para a necessidade de uma reavaliação das políticas educacionais, com foco na valorização do profissional docente. O reconhecimento do papel central do professor na formação de cidadãos críticos e conscientes deve ser acompanhado de ações concretas que garantam melhores condições de trabalho, formação continuada e apoio institucional. O

compromisso com a melhoria das condições de trabalho não é apenas uma responsabilidade das escolas e das secretarias de educação, mas deve envolver toda a sociedade, reconhecendo que a educação de qualidade é um bem coletivo e um direito de todos.

POLÍTICAS PÚBLICAS E A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Nos últimos anos, diversas políticas públicas têm sido implementadas com o objetivo de melhorar a qualidade da educação no Brasil, mas poucas são direcionadas especificamente à valorização do trabalho pedagógico.

A valorização do trabalho pedagógico tem sido discutida em diversos estudos recentes, especialmente no contexto das políticas públicas voltadas para a educação básica no Brasil. Apesar das iniciativas governamentais para melhorar a educação, a valorização do pedagogo ainda é limitada, tanto em termos salariais quanto na melhoria das condições de trabalho. Estudos mostram que, embora algumas políticas públicas tenham buscado corrigir essa desvalorização, ainda há um longo caminho para que se alcance uma transformação significativa na carreira do pedagogo. De acordo com Oliveira et al. (2020), o foco excessivo em indicadores quantitativos de desempenho nas políticas educacionais tem contribuído para a manutenção de um modelo de trabalho docente que enfatiza a produtividade em detrimento do papel reflexivo e formativo do pedagogo.

Um exemplo de política pública voltada para a educação é o Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado pela Lei nº 13.005/2014, que estabelece, entre outras metas, a valorização dos profissionais da educação. Dentre essas metas, destaca-se a equiparação salarial dos professores e pedagogos com outros profissionais de nível superior até o ano de 2024. Entretanto, conforme apontam Souza e Ferreira (2019), os avanços nesse sentido têm sido tímidos, com a maior parte dos pedagogos ainda recebendo remunerações muito abaixo da média nacional. A desvalorização salarial, aliada a condições de trabalho precárias, perpetua o processo de proletarianização do pedagogo, tornando difícil a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas e privadas.

Outro programa relevante é o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), que visa oferecer formação superior gratuita aos professores e pedagogos que ainda não possuem licenciatura. No entanto, o PARFOR

enfrenta desafios relacionados ao seu alcance e à falta de adesão dos profissionais da educação. Segundo Lima (2017), a distância geográfica e a sobrecarga de trabalho têm dificultado a participação de muitos pedagogos, especialmente aqueles que atuam em regiões rurais e periféricas. Apesar dos esforços governamentais, o programa ainda não conseguiu superar os obstáculos estruturais que limitam sua efetividade.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), criado para melhorar a infraestrutura das escolas públicas, é outra política pública importante para o trabalho dos pedagogos. Todavia, Cunha e Almeida (2019) demonstram que, em muitas localidades, os recursos do PDDE são insuficientes para suprir as necessidades das escolas, especialmente aquelas localizadas em regiões mais pobres. Essa situação impacta diretamente o trabalho dos pedagogos, que precisam lidar com a falta de materiais pedagógicos e condições inadequadas de ensino, o que compromete a qualidade do trabalho educativo. Como resultado, a desvalorização do trabalho do pedagogo se perpetua, afetando não só sua motivação, mas também os resultados educacionais.

As políticas públicas voltadas para a avaliação externa também têm exercido uma influência significativa sobre o trabalho pedagógico. Exames como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) têm sido utilizados como instrumentos para medir a qualidade da educação, mas, como destaca Oliveira et al. (2018), essas avaliações priorizam resultados quantitativos e pressionam os pedagogos a focarem em metas de desempenho. Tal enfoque leva à padronização das práticas pedagógicas e restringe a autonomia dos profissionais, que passam a trabalhar sob a lógica de controle e fiscalização, em vez de desenvolver abordagens educativas mais críticas e inovadoras.

Esse processo de mercantilização do ensino, como argumentam Silva e Pereira (2020), contribui para a proletarização do pedagogo, que é reduzido a um executor de tarefas e metas predefinidas, com pouca ou nenhuma margem para reflexão e criação. Esse cenário compromete não só a autonomia dos pedagogos, mas também a qualidade da educação que é oferecida aos alunos. A sobrecarga de trabalho e a pressão por resultados imediatos afetam a saúde mental dos profissionais, que enfrentam elevados níveis de estresse e esgotamento. Machado (2019) ressalta que a alta incidência de síndrome de burnout entre pedagogos é um indicativo claro do impacto negativo das políticas públicas orientadas por indicadores de desempenho.

O Programa de Residência Pedagógica, implementado em 2018 pelo Ministério da Educação, busca aproximar os estudantes de pedagogia da prática escolar durante sua formação inicial. Embora essa iniciativa seja um avanço importante, Cunha e Souza (2020) alertam que ela muitas vezes se limita à reprodução de práticas pedagógicas tradicionais, sem promover a reflexão crítica e a inovação. Dessa forma, o programa não atinge plenamente seu objetivo de formar pedagogos capacitados para enfrentar os desafios do ensino contemporâneo, perpetuando uma visão tecnicista e limitando o potencial transformador da educação.

Outro desafio é a fragmentação na implementação das políticas públicas entre as diferentes esferas de governo. A execução do PNE, por exemplo, depende da articulação entre o governo federal, estados e municípios, mas, segundo Souza et al. (2020), essa colaboração nem sempre ocorre de maneira eficaz. Como resultado, há uma desigualdade significativa na implementação das políticas educacionais, com algumas regiões avançando mais rapidamente do que outras. Essa disparidade reflete-se nas condições de trabalho dos pedagogos, que variam enormemente de acordo com o contexto geográfico e as políticas locais.

A experiência do estado do Ceará é um exemplo positivo de como políticas públicas bem implementadas podem contribuir para a valorização do pedagogo. Desde 2015, o estado tem promovido políticas de formação continuada e aumento salarial, o que, segundo Silva e Fernandes (2021), tem resultado na melhoria dos indicadores educacionais e na satisfação dos profissionais. Entretanto, essa experiência ainda é uma exceção no cenário nacional, e a maioria dos estados brasileiros carece de políticas específicas voltadas para a valorização do trabalho pedagógico.

A participação dos pedagogos na formulação e implementação das políticas públicas também é um aspecto crucial. Conforme argumentam Oliveira et al. (2020), a ausência de diálogo entre os formuladores de políticas e os profissionais da educação tem gerado iniciativas que não atendem às reais necessidades das escolas e dos pedagogos. A criação de políticas públicas de valorização que considerem as condições de trabalho, autonomia e formação continuada dos pedagogos é essencial para reverter o processo de proletarianização. Estudos indicam que, sem a participação ativa dos pedagogos na definição de suas próprias condições de trabalho, as políticas públicas correm o risco de serem ineficazes (Lima, 2020).

Além da dimensão financeira, as políticas de valorização devem considerar aspectos como a melhoria das condições de trabalho e o fortalecimento da autonomia profissional. Cunha e Lima (2019) destacam que, para além do aumento salarial, é fundamental que os pedagogos tenham condições adequadas para desenvolver seu trabalho, incluindo salas de aula bem equipadas, materiais didáticos e uma carga horária que permita a dedicação integral ao planejamento e à execução de práticas pedagógicas de qualidade. Somente com políticas públicas que integrem esses elementos será possível promover a valorização efetiva do pedagogo e, conseqüentemente, uma educação de qualidade.

É importante reconhecer que a valorização do trabalho pedagógico está diretamente relacionada à qualidade da educação oferecida aos alunos. Conforme apontam Souza e Silva (2020), um pedagogo valorizado, com condições adequadas de trabalho e autonomia para desenvolver práticas educativas inovadoras, tem maior capacidade de promover uma educação crítica e formativa, que prepare os alunos para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. Portanto, a valorização do pedagogo deve ser vista como uma prioridade nas políticas públicas de educação, uma vez que o sucesso dessas políticas depende da atuação eficaz e motivada dos profissionais da educação.

CONCLUSÃO

As condições de trabalho dos professores são fundamentais para o sucesso da prática pedagógica e, conseqüentemente, para a qualidade da educação. Este artigo evidenciou que fatores como a sobrecarga de trabalho, a falta de apoio institucional, a necessidade de formação continuada e a saúde mental dos docentes estão interligados e impactam diretamente a eficácia do ensino. A valorização do profissional docente deve ser uma prioridade nas políticas educacionais, envolvendo um compromisso não apenas das instituições de ensino, mas também da sociedade como um todo.

É imperativo que as escolas e as gestões educacionais implementem políticas que promovam um ambiente de trabalho saudável e colaborativo, onde os educadores se sintam apoiados e valorizados. Programas de formação continuada e suporte psicológico são essenciais para capacitar os professores a enfrentarem os desafios da sala de aula contemporânea. A promoção do bem-estar dos docentes não só beneficia os educadores,

mas também se reflete na motivação e no desempenho dos alunos, criando um ciclo virtuoso que contribui para uma educação de qualidade.

Portanto, a construção de um cenário educacional mais justo e equilibrado requer um olhar atento às condições de trabalho dos professores. A transformação das realidades enfrentadas por esses profissionais é um passo crucial para a melhoria da educação no Brasil. Reconhecer a importância do papel do professor e promover ações que garantam melhores condições de trabalho é uma responsabilidade coletiva, que deve ser assumida por todos os envolvidos no processo educativo. O futuro da educação passa pelo reconhecimento e valorização dos docentes, que são os principais agentes de mudança na formação de cidadãos críticos e conscientes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria José. **Educação e mercado: a desvalorização do trabalho pedagógico no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

ALVES, A. F. A valorização do professor: condições de trabalho e a saúde do docente. **Educação e Sociedade**, 39(1), 65-82. 2018.

CUNHA, Fernando. **A precarização do trabalho docente: desafios e perspectivas**. Brasília: Editora UnB, 2016.

CUNHA, Fernando; ALMEIDA, Roberta. A infraestrutura escolar e seu impacto no trabalho dos pedagogos: análise das políticas públicas. **Revista Brasileira de Política Educacional**, v. 27, n. 2, p. 123-145, 2019.

CUNHA, Fernando; SOUZA, Rodrigo. A residência pedagógica e seus limites: análise crítica das políticas de formação docente no Brasil. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, v. 35, n. 1, p. 67-88, 2020.

FERREIRA, Luiz Antônio. **O impacto das políticas neoliberais na educação: uma análise crítica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020.

GATTI, B. A.; BARROSO, T. A sobrecarga de trabalho e suas implicações na prática pedagógica: um estudo com professores da educação básica. **Revista Brasileira de Educação**, 24(75), 213-233. 2019.

LIMA, Roberta. A fragmentação na implementação do PNE: desafios da articulação entre as esferas de governo. **Revista de Educação Pública**, v. 48, n. 5, p. 167-189, 2020.

LIMA, Roberta. Formação de professores e o PARFOR: avanços e desafios nas políticas públicas educacionais. **Revista de Estudos em Educação Brasileira**, v. 42, n. 3, p. 89-102, 2017.

MACHADO, Roberta. Avaliação externa e a mercantilização da educação: uma análise das políticas de avaliação no Brasil. **Educação e Sociedade**, v. 40, n. 3, p. 245-270, 2019.

MACHADO, Roberta. **Pedagogia e mercado: a desvalorização do trabalho pedagógico na era contemporânea**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

NUNES, Beatriz. **Autonomia pedagógica e a mercantilização da educação: desafios para o pedagogo**. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

OLIVEIRA, Carlos. **Educação e neoliberalismo: o papel do pedagogo no contexto de políticas mercantilistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

OLIVEIRA, Carlos; SILVA, Beatriz; FERNANDES, Paulo. A participação dos pedagogos na formulação de políticas públicas: desafios e perspectivas. **Educação em Debate**, v. 32, n. 4, p. 98-115, 2020.

OLIVEIRA, J. R.; LIMA, M. A. O apoio institucional na formação docente: desafios e possibilidades. **Cadernos de Pesquisa**, 50(1), 45-62.

OLIVEIRA, João; PEREIRA, Sandra; MACHADO, Roberta. As políticas de avaliação e seus impactos no trabalho pedagógico. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, n. 1, p. 133-155, 2018.

PEREIRA, Sandra. **O trabalho docente e a construção de uma educação emancipadora**. Salvador: EDUFBA, 2019.

SANTOS, R.; ARAÚJO, L. Saúde mental e condições de trabalho: o cotidiano dos professores no Brasil. **Educação e Saúde**, 14(3), 289-307. 2022.

SILVA, João. **A desvalorização do trabalho pedagógico: um olhar sobre o contexto escolar**. Recife: Editora UFPE, 2017.

SOARES, C. A formação continuada de professores: um caminho para a inovação na prática pedagógica. **Formação de Professores em Revista**, 8(2), 99-116. 2021.

SOUZA, Rodrigo. **Trabalho pedagógico e proletarização: uma análise da perda de autonomia docente**. Florianópolis: Editora UFSC, 2019.

Submissão: junho de 2024. Aceite: julho de 2024. Publicação: dezembro de 2024.